

---

## SUJEITOS SEM VOZ EM UMA MÍDIA RESTRITIVA: um olhar sobre as políticas públicas nos jornais digitais da Região Sudeste<sup>1 2</sup>

Bianca Mara GUEDES<sup>3</sup>  
Anatália AMORIM<sup>4</sup>  
Neimar da Cunha ALVES<sup>5</sup>  
Ana Cristina SPANNENBERG<sup>6</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

### RESUMO

O *paper* apresenta resultados parciais de uma pesquisa que se propõe a fazer um mapeamento da cobertura jornalística do tema políticas públicas nos veículos do Sudeste com maior presença digital no primeiro semestre de 2017. Foram analisadas 795 notícias, através da técnica da Análise de Conteúdo, publicadas em dez veículos de comunicação, visando identificar a frequência das políticas públicas pautadas, quais os temas prioritários e quem são os sujeitos mencionados. A amostra foi recortada em quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda. Os resultados obtidos demonstram que às notícias sobre políticas públicas é dedicado pouco espaço, geralmente com viés negativo e que a voz prioritária ao se abordar o tema é de representantes governamentais e não da sociedade civil.

### PALAVRAS-CHAVE

Observatório de mídia, monitoramento da mídia, políticas públicas, Região Sudeste.

### 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são ações de responsabilidade do Estado, que partem da necessidade de oferecer aos cidadãos garantias constitucionais e que ultrapassam ações de governos específicos. Sua oferta e qualidade devem ser fiscalizadas e cobradas pelos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ07 – Intercom Júnior – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Os resultados apresentados neste artigo fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “Um olhar sobre as políticas sociais: Mapeamento e monitoramento de mídia dos principais veículos de comunicação nos jornais digitais da Região Sudeste”, subsumido ao projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG”, contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal.

<sup>3</sup> Jornalista recém graduada pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, ex-bolsista e atual colaboradora do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), email: [biancaguedes@gmail.com](mailto:biancaguedes@gmail.com)

<sup>4</sup> Discente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), email: [anataliaamoriim@gmail.com](mailto:anataliaamoriim@gmail.com)

<sup>5</sup> Jornalista, egresso do Curso de Jornalismo e mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação, ambos pela Universidade Federal de Uberlândia, colaborador do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), email: [neimardca@gmail.com](mailto:neimardca@gmail.com)

<sup>6</sup> Jornalista, professora do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFU, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA/2004) e doutora em Ciências Sociais (UFBA/2009), coordenadora do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), email: [anaspann@gmail.com](mailto:anaspann@gmail.com)

---

cidadãos e cidadãs. E à mídia, sobretudo em sociedades democráticas, cabe o papel decisivo nesse acompanhamento, por isso suas ações devem ser observadas com cuidado.

O presente artigo pretende apresentar os resultados parciais de um projeto que teve como objetivo principal a construção de um instrumento de monitoramento para observação das notícias sobre políticas públicas na mídia. O grupo de pesquisadores debruçou-se sobre três grandes grupos de veículos de comunicação: a mídia local de Uberlândia/MG, os jornais digitais de maior circulação na Região Sudeste do Brasil e os principais sítios da chamada mídia alternativa, visando identificar a frequência das políticas públicas pautadas pela mídia, quais os temas prioritários abordados e quem são os sujeitos mencionados nas notícias sobre políticas públicas.

Para a coleta de dados, a amostra foi recortada em quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda. Os resultados foram organizados de modo quantitativo e qualitativo, a fim de permitir sua melhor visualização e interpretação. Neste artigo serão apresentados, especificamente, os resultados na análise da cobertura dos dez jornais digitais de maior circulação na Região Sudeste. Como resultado dessa pesquisa, foi desenvolvido o site abrigando o Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas ([observatorioluminar.org](http://observatorioluminar.org)), que traz como proposta analisar a cobertura do tema na mídia e desenvolver ações de leitura crítica desta mesma mídia, voltadas aos sujeitos receptores e aos sujeitos beneficiados pelas políticas públicas. Nas suas análises preliminares, referentes ao primeiro semestre de 2017, o Luminar identificou 1030 notícias sobre políticas públicas em 37 veículos pesquisados. Entre os dez veículos selecionados, foram 795 notícias, sendo 259 sobre educação, 88 sobre habitação, 170 sobre saúde e 278 sobre trabalho e renda. Tais dados iniciais apontam a necessidade de continuar a se debruçar sobre essa cobertura de modo a entendê-la e fazê-la compreensível aos sujeitos por ela implicados.

O presente artigo é organizado em três blocos, apresenta uma breve discussão conceitual sobre mídias, políticas públicas e observatórios de mídia; na sequência, descreve os procedimentos metodológicos adotados; e, ao final, são apresentados os principais resultados obtidos na análise.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS, MÍDIA E SEU ACOMPANHAMENTO**

---

A conceituação da temática de políticas públicas remonta ao século XIX, embora a ideia somente tenha se consolidado enquanto prática após a quebra da bolsa estadunidense e consequente crise econômica mundial dela decorrente, em 1929 e, posteriormente, no período de reestruturação econômica pós Segunda Guerra Mundial. Estas discussões são sustentadas, sobretudo, pela obra do economista inglês John Keynes, que quebrando com o paradigma do liberalismo clássico apresenta a ideia de “proteção social”, que pode “[...] ser definida como a garantia de determinados direitos, independentemente do nível de renda ou da participação no mercado de trabalho” (IPEA apud SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32). Dessa perspectiva, compreendemos as políticas públicas como aquelas ações que fazem parte da responsabilidade estatal desde a constituição dos Estados Modernos.

A pesquisadora Celina Souza propõe uma múltipla conceituação para o termo:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36).

Juliana Faleiros, pesquisadora da área do Direito, (2016) situa nos séculos XVII e XVIII, a partir das revoluções ocorridas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o início do processo de reconhecimento da dignidade da pessoa humana enquanto valor universal. No período, a busca era por reduzir a interferência do Estado na vida do cidadão. “Chamados de direitos de primeira dimensão, os direitos individuais são considerados as liberdades civis que englobam, dentre outros, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito ao devido processo legal”. (FALEIROS, 2016, p. 100)

Em um segundo momento foi identificado que a consolidação das liberdades poderia ampliar as desigualdades sociais e que, portanto, a busca deveria ser por direitos sociais, que auxiliassem na redução das desigualdades (FALEIROS, 2016). Tal grupo

de direitos foi denominado “direitos de segunda geração”, tal como educação, por exemplo. Tal definição apenas foi formalizada com a Declaração Universal de Direitos Humanos proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) após o término da II Guerra Mundial e expandindo a ideia original para os chamados “direitos de terceira dimensão”, “[...] como o respeito ao meio ambiente, à biodiversidade cultural dos povos e à humanidade de modo geral”. (FALEIROS, 2016, p. 100).

Segundo Celina Souza (2006), as políticas públicas tornaram-se tema de atenção, sobretudo, a partir da política de contenção de gastos públicos e mudanças de posicionamento para um ajuste fiscal e medidas para contornar a inflação que surgem com o pós-guerra. Tal preocupação torna-se ainda mais relevante em países em desenvolvimento. No Brasil, as pesquisas sobre o tema sofrem um grande crescimento a partir da década de 1990.

A emergência, relativamente recente, da pesquisa em políticas públicas no Brasil e a popularização do tema requerem um esforço para tornar mais claras algumas questões a ela relacionadas. Esse esforço é também necessário porque a literatura sobre políticas públicas tem sido pouco traduzida no Brasil, assim como sua aplicação empírica ainda é relativamente escassa, inclusive nos trabalhos acadêmicos. (SOUZA, 2006, p. 12).

O papel dos meios de comunicação no agendamento da temática políticas públicas também é decisivo. Antes de adentrar nessa questão, entretanto, é preciso enfatizar que, embora não consensual e tendo sofrido com muitas críticas, a hipótese de que a mídia pauta a opinião pública continua sendo adotada por diversas correntes de pesquisadores e sustenta conceitualmente o presente estudo. Por essa hipótese, nascida em fins dos anos 1960 entre pesquisadores dos efeitos dos meios de comunicação de massa e denominada *Agenda Setting*, postula-se que a mídia “pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa” (COHEN apud WOLF, 2003, p.143-144).

Voltando ao agendamento das políticas sociais pela mídia, entende-se que essa possui papel de destaque na ampliação do debate. Entre os defensores de tal ideia, a qual nos filiamos, considera-se que a mídia pode auxiliar:

- a. Contribuindo para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano;
- b. Atuando como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsáveis (“*accountable*”) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- c. Informando, de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos. (CANELA, 2008b, p.11-12)

No Brasil há estudos sobre as políticas públicas e seu tratamento midiático, sobretudo em algumas temáticas específicas. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), por exemplo, em estudo de 2007, identifica que na cobertura dos 54 principais jornais diários do país no ano de 2005, entre as notícias que tratam da infância, apenas 16% aborda o tema pelo ponto de vista das políticas públicas (CANELA, 2008a, p.92-93).

Os pesquisadores apontam alguns avanços, com a lenta inserção de temas sociais na agenda midiática (MOTTA, 2008), mas não comemoram tais alterações, porque os enfoques de tais notícias ainda indicam um tratamento pouco voltado à contextualização humana e a apresentação de alternativas.

Apesar de todas as conquistas, as estatísticas seguem sendo desfavoráveis à cobertura destas temáticas. Pesquisa realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003), em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a grande maioria deles publica, em média, cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza e miséria, fome, desnutrição, exclusão, desigualdade, desenvolvimento humano, políticas compensatórias, assistencialismo, geração de renda e outros assuntos afins. Nos textos que tinham como foco essas questões, a ênfase estava no crescimento econômico como solução, não no desenvolvimento social e humano. Menos de 1% falava em desenvolvimento local, integrado e sustentável. (MOTTA, 2008, p. 334-335)

Em tal contexto, os meios de comunicação atuariam como elementos de manutenção de uma ordem estabelecida, na qual apenas as chamadas “anomalias” devem ser informadas. “É natural, portanto, que a reduzida agenda da imprensa gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquelas que são tão caras à agenda social”. (CANELLAS, 2008, p.106)

---

Entende-se, assim, que há necessidade de monitoramento da mídia no tratamento de tais temáticas, colaborando para que essa tenha caráter mais responsivo e dialógico com os atores sociais envolvidos e interessados (CANELA, 2008b). Observar como as políticas públicas são pautadas pela mídia é, portanto, um desafio que reforça a ideia de que a mídia pode colaborar para fiscalização das ações do Estado. Um observatório de mídia funciona como uma entidade que monitora e reúne dados sobre o conteúdo publicado pelos veículos.

A cidadania está ligada à prática de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos, segundo Mazini-Covre (2001) e o conhecimento desses direitos deve ser cada vez mais socializado entre a população. O papel dos observatórios de mídia, nesse caso, pode ser fundamental no que diz respeito não só a democratização da informação, mas a uma formação de sujeitos que possam compreender e lidar melhor com os meios de comunicação e suas mensagens; sujeitos autônomos, críticos que possam ter uma inserção mais transformadora na sociedade.” (PARENTE, PINTO, 2017, p.426).

Debruçando-se especificamente sobre os observatórios de mídia, Cunha (2011, p.7) aponta que tais estruturas têm sua origem com a consolidação dos grandes conglomerados de mídia, sobretudo a partir de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. A proposta que os origina está ligada a uma crítica aos fluxos unidirecionais dos meios de comunicação de massa e à ideia de democratização da comunicação. Um dos principais marcos dessa crítica foi o relatório MacBride produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (Unesco) e divulgado em 1980, que denunciava uma espécie de “neocolonização cultural”, cujo fluxo poderia ser percebido do hemisfério norte para o hemisfério sul, o que demonstrava o peso do agendamento midiático (CUNHA, 2011, p.7).

Já na década de 1990, os processos de privatização e desregulamentação das telecomunicações, acabaram reforçando os conglomerados de comunicação, com poucos grupos controlando grande parte dos veículos de produção de conteúdo. Em 1998, Ignácio Ramonet já previa o impacto que esses movimentos teriam sobre a livre circulação da informação:

O objetivo visado por cada um dos titãs da comunicação é tornar-se o interlocutor único do cidadão. Querem poder proporcionar-lhe afinal notícias, dados, lazer, cultura, serviços profissionais, informações financeiras e econômicas; e desta forma coloca-lo em conexão com

---

todos os meios de comunicação disponíveis – telefone, modem, fax, visio-cablagem, televisor, Internet. (RAMONET, 1998, p.124-125)

Acreditamos que esse é o cenário no qual começam a surgir os observatórios de mídia. Albornoz e Herschmann, ao desenvolver um levantamento sobre os observatórios ibero-americanos, apontam que a maioria daqueles que conseguiram identificar surgiram na segunda metade da década de 1990 (2006, p.3). Conforme Cunha, seu surgimento neste contexto define suas características: “a ação dos observatórios junto à mídia busca limitar a prioridade econômica do lucro máximo e tenta instituir o interesse social em seus conteúdos” (2011, p.9).

Em busca de uma conceituação dos observatórios de mídia, encontramos sua relação direta com os chamados Sistemas de Responsabilização da Mídia, ou MAS, do inglês, *Media Accountability System* (BERTRAND apud CUNHA, 2011, p.22). Os MAS são mecanismos que funcionam como “[...] respostas civis ao domínio mercadológico e ao enfraquecimento da regulamentação dos meios de comunicação de massa” (CUNHA, 2011, p.22).

Tais estruturas podem ser classificadas em duas categorias: os observatórios fiscais, que monitoram o funcionamento dos meios de comunicação; e os observatórios *think tank*, que propõem refletir e intervir no encaminhamento de políticas públicas (ALBORNOZ, HERSCHMANN, 2006, p.5-7). Cunha e Rebouças propõem, ainda, uma terceira categoria, baseada nas experiências brasileiras, que mesclaria as duas anteriores. Os pesquisadores citam o Observatório da Mídia Regional da Universidade Federal de Pernambuco para demonstrar que é possível identificar nas ações dessa categoria tanto características de “porta-vozes de alternativas de e para as políticas públicas”, quanto de “ferramentas de fiscalização da mídia” (REBOUÇAS, CUNHA 2008, p.1-2).

Quanto ao objetivo dos observatórios de mídia, vale destacar sua relação direta com a proposta de uma sociedade democrática, que percebe essas instituições como instrumentos para ampliação da participação cidadã nas decisões sociais.

A existência dos observatórios impulsiona a comunicação democrática, seja capacitando profissionais da área ou desenvolvendo a pedagogia crítica junto ao público receptor. O objetivo deles é que suas demandas sejam concretizadas em leis, instituições e políticas públicas. Para que isso ocorra, é preciso também a conscientização do público para a importância da temática; sobretudo, em um país onde

---

existem leis que não são acatadas. (REBOUÇAS, CUNHA, 2010, p.87)

O Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas foi criado dentro dessa concepção de democratização da comunicação. Por esse motivo, além de trazer análises sobre o conteúdo publicado pela mídia, também apresenta informação e propostas de reflexão e intervenção, adequando-se às principais características de um observatório, conforme propõem Rebouças e Cunha (2010, p.91).

### **3. CAMINHOS DA PESQUISA**

O presente estudo, como já mencionado, observou a cobertura do tema políticas públicas nos veículos de mídia com produção jornalística no Sudeste do Brasil. Para tanto, optamos pela utilização da Análise de Conteúdo como método de pesquisa. A Análise de Conteúdo (AC), especificamente aplicada ao texto, “[...] faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2002, p.190).

No âmbito dos estudos de jornalismo, vale destacar que a AC é entendida como metodologia eficaz para uma série de observações. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”, conforme destaca Herscovitz (2007, p.123). A pesquisadora também frisa que esse método é eficaz para identificarmos os sentidos construídos, o que vai de encontro às críticas de que a Análise de Conteúdo resultaria em pesquisas com resultados quantitativos e superficiais.

Martin Bauer propõe dois momentos para a realização da Análise de Conteúdo. O primeiro abarca a definição e amostragem das unidades de texto (BAUER, 2002, p.196ss). O segundo momento engloba os processos de definição de categorias e codificação. “A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa” (BAUER, 2002, p.199).

Em nossa proposta, a amostra foi composta por todas as publicações do ano de 2017 nos dez principais veículos de comunicação da Região Sudeste, de acordo com a



---

Associação Nacional de Jornais<sup>7</sup>, com cobertura jornalística de periodicidade diária cujo conteúdo está disponível em plataformas na internet (sítios), a saber: Folha de São Paulo (SP), O Globo (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Super Notícia (MG), Estado de Minas (MG), O Tempo (MG), Extra (RJ), Valor Econômico (SP), Hoje em Dia (MG) e A Gazeta (ES).

No primeiro momento da pesquisa realizamos a coleta de dados. Para a operacionalização da coleta foi adotado o sistema de monitoramento do Google Alertas. Outras possibilidades foram testadas e optou-se por essa ferramenta por permitir a busca direcionada em sítios específicos e dentro de um período de tempo pré-determinado. As unidades de registro foram recortadas a partir de quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda.

Para viabilizar a busca textual de notícias foram adotados os nomes de políticas públicas e/ou instituições a elas vinculadas. Assim, chegou-se aos seguintes termos de busca: “MEC” para políticas públicas de educação, pois o Ministério da Educação é o órgão do governo federal responsável por uma série de ações, como o FIES, o SISU, a política de Cotas e outras; o termo “Minha Casa, Minha Vida”, referente ao programa habitacional criado em 2009 para subsidiar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda para abordar as políticas de habitação; a sigla “SUS” para políticas de saúde, fazendo referência ao programa criado pela Constituição de 1988 e mantido pelo governo federal em parceria com estados e municípios que é considerado um dos maiores sistemas de saúde do mundo; e, por fim, o termo “salário mínimo”, que foi uma política implementada no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, adota para analisar as políticas públicas envolvendo trabalho e renda.

Após coletadas as notícias referentes ao primeiro semestre do 2017, foi realizado um compilado quantitativo que permitiu responder a algumas questões, tais como: “Qual a frequência das pautas sobre políticas públicas na mídia?” e “Quais os temas prioritários abordados pela cobertura das políticas públicas?”.

No segundo momento, com todos os dados quantitativos tratados, partimos para uma análise aprofundada. O compilado das matérias encontradas nos veículos analisados foi colocado em um software específico e submetido a sorteio aleatório pelo qual foram identificadas, a cada mês, uma notícia para cada temática. Nessas foram

---

<sup>7</sup> Disponível no endereço: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

observados, mais detidamente, quem são os sujeitos das notícias sobre políticas públicas. Para tanto, também adotamos a técnica da Análise de Conteúdo, com o instrumento desenvolvido pelo grupo de pesquisa (Tabela 01).

**Tabela 01 – Análise Qualitativa – Quadro Geral**

Número total de matérias	Número total de Sujeitos mencionados (nº)	Número total de Vozes (fontes - nº)	Abordagens	Destaques (Localização na página)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes governamentais:</li> <li>• Sociedade civil:</li> <li>• Especialistas:</li> <li>• Outros:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes governamentais:</li> <li>• Sociedade civil:</li> <li>• Especialistas:</li> <li>• Outros:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Positiva:</li> <li>• Negativa:</li> <li>• Neutra:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principal:</li> <li>• Secundária:</li> <li>• Sem destaque:</li> </ul>

Fonte: Autoria própria

A seguir, apresentaremos os principais resultados encontrados e discutiremos como eles nos apontam caminhos para (re)pensar a cobertura sobre políticas públicas nos meios de comunicação jornalísticos digitais do sudeste.

#### **4. RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÕES POSSÍVEIS**

Entre o material jornalístico coletado nos dez principais jornais digitais da Região Sudeste, a partir dos temas de políticas públicas pesquisados, foram localizadas: 278 notícias sobre trabalho e renda, 259 sobre educação, 170 sobre saúde e 88 sobre habitação. Políticas públicas de trabalho e renda aparecem, aproximadamente, cinco vezes por mês por jornal em uma média geral dos jornais, no entanto, foi especialmente pautada nos jornais Estado de Minas (77 publicações nos seis meses observados) e O Estado de São Paulo (58 publicações nos seis meses observados). Já as políticas de educação aparecem cerca de quatro vezes ao mês, mas também foram mais expressivas no jornal O Estado de São Paulo (46 publicações nos seis meses observados). Em seguida, as políticas públicas de saúde são pautadas quase três vezes ao mês, com destaque para os veículos Hoje em Dia (28 publicações nos seis meses observados) e Estado de Minas (26 publicações nos seis meses observados). Por fim, as políticas de habitação são pautadas aproximadamente uma vez ao mês, com destaque para os jornais Extra e O Globo (16 publicações nos seis meses observados cada). Como mostrado abaixo (Tabela 02).

**Tabela 02 – Análise Quantitativa – Por jornal x tema**

	Saúde	Habitação	Trabalho e Renda	Educação
A Gazeta	16	9	11	21
Estado de Minas	26	9	77	37
Extra	9	16	39	23
Folha de São Paulo	18	12	38	38
Hoje em Dia	28	6	10	24
O Estado de São Paulo	21	9	58	46
O Globo	19	16	23	38
O Tempo	18	6	9	12
Super notícia	10	1	8	4
Valor	5	4	5	16
<b>TOTAL</b>	170	88	278	259

Fonte: Autoria própria

Considerando todos os veículos analisados, no Sudeste, os meses de janeiro e fevereiro apresentam cerca de dez a vinte reportagens a mais que os outros na temática educação, com média de 58,5 notícias por mês contra 43,1 da média geral, justamente por se tratar de meses muito focados nos resultados e aprovações do SISU (Sistema de Seleção Unificada), que permite o ingresso em instituições públicas de ensino superior. E, mesmo durante o período de março a junho, este é o assunto mais amplamente associado à políticas públicas da educação, junto a questões como novas bases para o ensino básico e textos sobre a reforma do ensino médio. Já as políticas de habitação são expressivamente subapresentadas nos veículos, apenas 88 matérias em seis meses nos dez jornais observados, mesmo assim, girando em torno da temática do Minha Casa Minha Vida com viés de serviços.

A temática das políticas públicas de saúde acaba encontrando uma maior linearidade, sem momentos de destaque nos seis meses observados, e os jornais apresentam matérias que giram em torno de novos serviços no SUS e campanhas de vacinação. Já as políticas públicas de trabalho e renda tiveram suas notícias ambientadas em dois grandes temas: reforma trabalhista e reforma da previdência, sendo eles responsáveis pelo maior fluxo de notícias sobre políticas públicas nos veículos observados, com os meses de janeiro e abril em destaque, principalmente por terem sido os meses nos quais se realizaram reuniões, avanços e negociações na Câmara Federal e no Senado.

O quadro abaixo (Tabela 03) apresenta os resultados da análise aprofundada que nos permitem ampliar a discussão sobre esse tipo de cobertura.

**Tabela 03 – Análise Qualitativa – Sudeste**

Número total de matérias	Número total de Sujeitos mencionados (nº)	Número total de Vozes (fontes - nº)	Abordagens	Destaques (Localização na página)
20	Representantes governamentais: 28 Sociedade civil: 2 Outros: 2	Representantes governamentais: 20 Sociedade civil: - Outros: 6	Positiva: 8 Negativa: 2 Neutra: 10	Principal: 1 Secundária: 8 Sem destaque: 11

Fonte: Autoria própria

Em porcentagem, dentre as vinte matérias analisadas, apenas 6,25% de seus sujeitos mencionados são da sociedade civil, contra 87,5% de representantes governamentais. E, quando consideramos os sujeitos com falas diretas no material coletado, a sociedade civil desaparece. Além disso, os jornais analisados apresentam um viés de serviços em quase todas as suas matérias, o que faz com que as abordagens do tema sejam positivas ou neutras em 90% das matérias analisadas. Evidentemente, a alocação de notícias sobre políticas públicas como jornalismo de serviços acaba minando o destaque possível neste tipo de material, sendo que 55% do material analisado não tem qualquer tipo de destaque nos portais online, 40% são material secundário e 5% tiveram aprofundamento e destaque.

A coleta dos dados desta pesquisa demonstra que as políticas públicas pautadas pela mídia se restringem a um viés mecanicista e de serviços. Dessa forma, o jornalismo acaba exercendo somente uma de suas funções informando os cidadãos sobre datas,

ações e campanhas relacionadas às políticas públicas, mas não efetivamente cumprindo seu papel de analisar criticamente e atuar como agente fiscalizador de ações do Estado. O jornalismo é, portanto, agente ativo no apagamento das relações entre cidadãos e governo, nunca, ou quase nunca, permitindo o exercício da cidadania no jornal.

## 5. REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMANN, Micael. *Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória*. e-Compos - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dez 2006. Disponível em: [www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos) Acesso em: 25 abr 2015.
- BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. (orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis : Vozes, 2000, pp. 189-217.
- CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 10-30.
- CANELLAS, Marcelo. *Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 104-114.
- CUNHA, Patrícia dos Santos da. **Observatórios de Mídia: conceito, práticas e fundamentos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2011.
- FALEIROS, Juliana Leme. "Escola sem Homofobia": Uma Leitura do Programa de Combate à Discriminação Sexual. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio et al (Org.). **Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 99-114.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis : Vozes, 2007 (Coleção Fazer Jornalismo).
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 333-342.
- PARENTE, Cristiane; PINTO, Manuel. *Observatórios de mídia enquanto espaços de cidadania*. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo : ABPEducom, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/abpeducom/docs/livro\\_educom\\_-\\_paginas\\_em\\_sequencia](https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_educom_-_paginas_em_sequencia) Acesso em: 16 abr 2018.
- RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis : Vozes, 1998.

---

REBOUÇAS, E. ; CUNHA, P.S. *Para que um Observatório de Mídia? O caso da análise da publicidade de bebidas alcoólicas nas rádios do Recife.* In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2008, Natal. Disponível em:

<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/8/80/Cunha.pdf> Acesso em : 25 abr 2015.

\_\_\_\_\_. *Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia.* **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação**, Rio de Janeiro, vol.4, n.4, p.85-93, nov 2010.

SARAIVA, Flávio Mesquita; CARVALHO, Fátima Franco Oliveira. *Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica.* In: GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares.** São Paulo : Terracota, 2012, pp.31-52.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 18, p.20- 44, jul/dez 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Col. Leitura Crítica).